

DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E RUPTURA ESTRUTURAL: O CASO DA ECONOMIA PARANAENSE

Ariana Cericatto Da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(UNIOESTE)

Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(UNIOESTE)

RESUMO

Essa pesquisa fez uma análise da divisão social do trabalho e da ruptura estrutural na economia regional paranaense. Entendeu-se por ruptura estrutural as mudanças sofridas pela região que tendem a levar ao desenvolvimento econômico. Mudanças essas referentes à divisão social do trabalho e à configuração setorial das regiões. Para isso, utilizaram-se como metodologia os métodos de análise regional através das medidas de localização e medidas regionais, a variável-base utilizada foi o emprego formal que conseguiu demonstrar o comportamento da mão de obra ao longo do período de análise e assim foi possível diagnosticar o momento em que o processo de ruptura estrutural ocorreu nas microrregiões paranaenses. Os resultados demonstraram que no período analisado, 1985 a 2012, a maioria das microrregiões paranaenses apresentaram forte concentração de emprego formal no setor primário da economia. Com isso, comprova-se que este setor continua sendo representativo para o Estado e que algumas microrregiões ainda não passaram ou concluíram seu processo de ruptura estrutural. Em relação à reestruturação produtiva as maiores mudanças ocorreram no primeiro período 1985/1999, depois disso a reestruturação produtiva diminuiu de intensidade demonstrando saturação do processo por parte da maioria das microrregiões.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Ruptura Estrutural, Microrregiões Paranaenses.

1 INTRODUÇÃO

Os fatores espaciais na origem das aglomerações são a “centralidade inicial”, ou seja, a posição central na conquista dos territórios, que em geral surgem no processo de colonização; a “conquista dos recursos naturais”, entendida como a posição das aglomerações ao longo da bacia de recursos naturais e suas zonas de extração; e, a “ruptura estrutural”, ou seja, processos de desenvolvimento econômico que surgem mesmo com uma forte polarização no espaço econômico. A ideia de ruptura estrutural pressupõe que é possível fortalecer as aglomerações e avançar no processo de desenvolvimento econômico mesmo que o lugar não seja local de extração significativa de recursos naturais ou que tenha uma localização privilegiada. Para isso, devem ocorrer mudanças significativas

na divisão social do trabalho, demonstrando que a economia regional está sendo capaz de migrar de uma estrutura exclusivamente primária exportadora para uma estrutura mais urbana, seja ela urbana-industrial ou urbana-rural.

A transformação estrutural ou ruptura estrutural de uma economia é a essência do processo de desenvolvimento econômico regional. Não é somente a mudança do tamanho relativo do produto de cada setor na economia, mas a mudança das relações entre estes setores, as quais são derivadas da divisão social do trabalho (SINGER, 1970).

Nas regiões desenvolvidas, a ruptura estrutural resulta em aumento do poder aquisitivo, seja em virtude da criação de postos de trabalho, seja em virtude do aumento da acumulação de capital. Já nas regiões menos desenvolvidas, a ruptura estrutural não é o resultado, mas a condição para o crescimento. Nessas regiões, a mudança estrutural reflete a transferência de atividades primárias e de serviços do campo para a cidade, ou seja, é o fortalecimento das aglomerações e das atividades produtivas ligadas à urbanização (SINGER, 1970).

A ruptura estrutural da economia marca o avanço das atividades urbanas em relação às atividades rurais na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e da ocupação laboral da força de trabalho. Ao longo do processo de formação e consolidação das economias regionais, o setor primário é o mais expressivo no momento da ocupação inicial dos territórios. Na sequência, formam-se atividades urbanas de suporte à atividades agropecuárias e à população regional. Porém, ao longo do amadurecimento da economia, em algumas regiões, a evolução das atividades urbanas se torna mais significativa que as atividades rurais. Nessa evolução, o setor secundário e o terciário tornam-se cada vez mais hegemônicos na composição da riqueza. Dessa forma, a economia regional vislumbra uma mudança estrutural na divisão social do trabalho e na distribuição do emprego na sua economia. O setor que ganha é o terciário, que se aproxima em importância econômica do setor secundário e, em alguns casos, consegue superá-lo (FERRERA DE LIMA et al., 2011).

A transformação estrutural como essência do desenvolvimento não é apenas a mudança de tamanho relativo do produto de cada setor da economia, mas a mudança das relações entre estes setores, as quais estão relacionadas com a divisão social do trabalho. O processo de mudança estrutural pode ser considerado como sendo o resultado das estratégias e decisões de investimento das organizações que operam nos mercados e estão integradas a esses condicionadores da dinâmica econômica que são os entornos institucionais e culturais (SINGER, 1970; VÁZQUEZ BARQUERO, 2001).

Frente ao exposto, esta pesquisa fez uma análise do conceito de ruptura estrutural para o Estado do Paraná e a relação desse conceito com o desenvolvimento econômico

regional paranaense. Neste trabalho, portanto, entendeu-se por ruptura estrutural as mudanças sofridas pela região que tendem a levar ao desenvolvimento econômico. Mudanças essas referentes à divisão social do trabalho e à configuração setorial das regiões.

Para tanto, este trabalho foi dividido em seis partes, sendo a primeira essa introdução, na segunda se encontra os procedimentos metodológicos e da terceira a quinta parte os resultados dessa pesquisa. A sexta e última parte é dedicada às considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

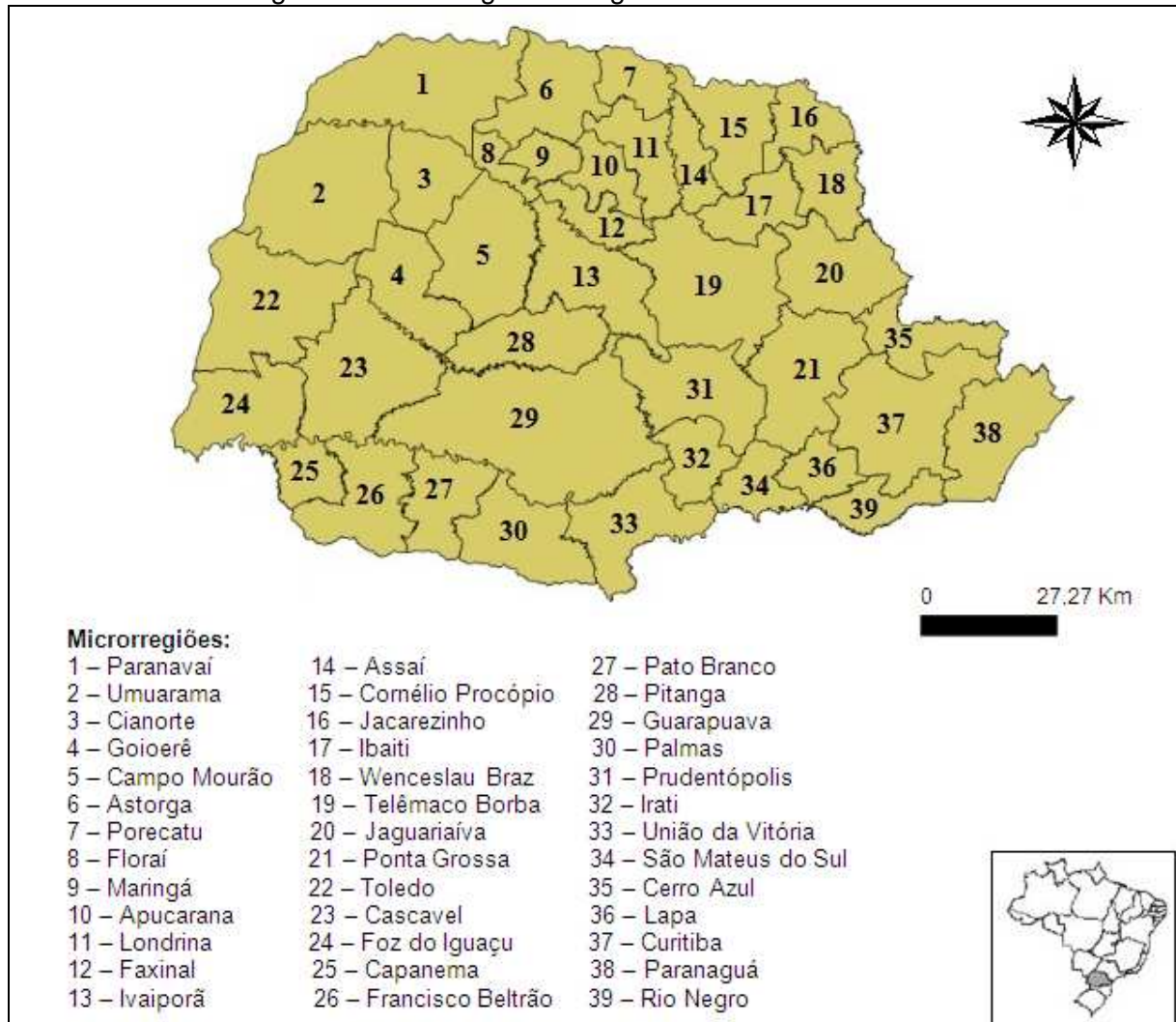
A área escolhida para esse estudo foi o Estado do Paraná. O Paraná é um dos 26 estados do Brasil e está situado na Região Sul do País. Faz divisa com os estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, fronteira com a Argentina e o Paraguai e limite com o Oceano Atlântico. Ocupa uma área de 199.880 km² (IPARDES, 2014).

A população é formada por descendentes de várias etnias: poloneses, italianos, alemães, ucranianos, holandeses, espanhóis, japoneses e portugueses e por imigrantes procedentes, em sua maioria, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais.

Para a análise do processo de ruptura estrutural entre os setores econômicos do Estado do Paraná e o perfil produtivo da economia regional paranaense no período de 1985 a 2012 tomaram-se como unidades básicas de estudo as microrregiões geográficas, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1976.



Figura 1 - Microrregiões Geográficas do Paraná - 2014



Fonte: Elaboração própria.

As informações sobre o emprego formal foram coletadas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Optou-se por utilizar a variável emprego formal para a estimativa do Quociente Locacional e Coeficiente de Reestruturação, pois é a estimativa oficial de emprego no Brasil e por entender-se que os setores mais dinâmicos empregam mais no decorrer do tempo. Além disso, a variável emprego formal pode captar as mudanças em relação à divisão social do trabalho. Singer (1970) aponta que a divisão social do trabalho demonstra a especialização da força de trabalho, quando ocorre uma mudança qualitativa na composição da ocupação setorial da mão de obra e aumenta a sua produtividade, o que estimula o desenvolvimento econômico.

A variável do emprego formal para o cálculo do Quociente Locacional foi coletada para os três grandes setores econômicos Setor Primário, Setor Secundário e Setor Terciário. Conforme divisão setorial (por grande setor) disponível na RAIS organizou-se os setores da seguinte forma: Setor Primário = Agropecuário; Setor Secundário = Indústria; Setor Terciário = Construção Civil, Comércio e Serviços.

Em relação ao período de tempo selecionado, 1985 a 2012, justifica-se pela disponibilidade dos dados e por se considerar um período significativamente longo, no qual se evidenciam as transformações conjunturais sofridas pelas microrregiões paranaenses e consequentemente pelo Estado do Paraná como um todo. Para a estimativa do QL coletou-se dados de emprego formal para os anos de 1985, 1992, 1999, 2006 e 2012. Para a estimativa do Coeficiente de Reestruturação os períodos foram os intervalos de 1985/1999 e 1999/2012.

Entre os estudos que fazem referência as medidas de análise regional, como o Quociente Locacional e o Coeficiente de Reestruturação, pode-se citar: Lodder (1971), Haddad (1989), Alves et al. (2006), Costa (2002), Ferrera de Lima et al. (2006), Piffer (1997; 2009), Piacenti e Ferrera de Lima (2012), entre outros.

Para o tratamento da variável emprego formal, definem-se os seguintes parâmetros:

E_{ij} = emprego formal no subsetor i da microrregião j ;

$E_{.j} = \sum_i E_{ij}$ = emprego formal em todos os subsetores da microrregião j ;

$E_{i.} = \sum_j E_{ij}$ = emprego formal no subsetor i de todas as microrregiões;

$E_{..} = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = emprego formal em todos os subsetores de todas as microrregiões.

A partir desses parâmetros são derivadas outras duas equações que apresenta, em termos relativos a distribuição do emprego em cada microrregião por subsetor econômico, e a distribuição do emprego de cada subsetor entre as microrregiões:

$$i^e j = \frac{E_{ij}}{\sum_i E_{ij}} \quad (1)$$

$$j^e i = \frac{E_{ij}}{\sum_j E_{ij}} \quad (2)$$

sendo: $\sum_i i^e j = 1,00$; $\sum_j j^e i = 1,00$; $i^e . = \sum_j i^e j$; e $j^e . = \sum_i j^e i$

As medidas regionais concentram-se na análise da estrutura produtiva dos subsetores econômicos de cada microrregião, identificando a distribuição do emprego formal e a especialização das economias regionais, no período de 1985 a 2012.

As medidas de localização (nesse trabalho foi utilizado o quociente locacional) são medidas de natureza setorial e se preocupam com a localização dos subsetores econômicos entre as microrregiões. O principal objetivo foi identificar padrões de concentração ou dispersão espacial do emprego formal, bem como as mudanças na estrutura da economia, nos anos de 1985 a 2012, e dessa forma captar o momento em que cada microrregião passou por uma ruptura estrutural em relação às atividades produtivas ou subsetores econômicos.

Quadro 1 – Medidas de localização e medidas regionais – Quociente Locacional e Coeficiente de Reestruturação

<p>Quociente Locacional (QL)</p>	$QL_{ij} = \frac{E_{ij}/E_i}{E_j/E..}$	<p>O QL comparou a participação percentual de uma microrregião, em um subsetor particular, com a participação percentual da mesma microrregião, no total do emprego formal da economia estadual. Se o valor do quociente for maior do que 1 (um), isto significa que a microrregião foi, relativamente, mais importante no contexto estadual, em termos do subsetor econômico, do que em termos gerais de todos os subsetores.</p>
<p>Coeficiente de Reestruturação (CR)</p>	$CR_j = \frac{\sum_i^{t_1, t_0} (ie_j - ie_j)}{2}$	<p>O CR relacionou a estrutura do emprego formal na microrregião <i>j</i> entre 1985 e 2012, a fim de avaliar o grau de mudança na especialização desta microrregião. Quando o coeficiente for igual a 0 (zero), não ocorreu modificações na composição setorial da microrregião. Se, por outro lado, o coeficiente for igual a 1 (um), ocorreu uma reestruturação profunda na composição setorial da microrregião.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Haddad (1989, p. 232, 241).

Já as medidas de natureza regional (nesse trabalho foi utilizado o coeficiente de reestruturação) se concentraram na análise da estrutura produtiva das atividades setoriais de cada microrregião, com o objetivo de investigar o grau de especialização das economias regionais, no período de 1985 a 2012, como o processo de diversificação observado entre os anos estudados, pode-se assim constatar mudanças na pauta produtiva das microrregiões paranaenses.

3 A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ

Entre os anos de 1940 e 1970, o Estado do Paraná sofreu uma radical transformação no contingente populacional. Isso se deu pela ocupação das terras que ainda estavam por ser ocupadas e pelo aumento expressivo da população que nesse período passou de 1.236.276 habitantes em 1940 para 10.444.526 habitantes em 2010, praticamente decuplicando. O aumento da população se deu em grande parte pelos movimentos ocupacionais organizados pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), principalmente em direção ao Norte do Estado e pelo deslocamento da fronteira agrícola do Sul do Brasil para a mesorregião Sudoeste do Estado (PADIS, 1981).

No Estado do Paraná, o esgotamento da fronteira agrícola se deu no final da década de 1970. Paralelo à ocupação definitiva das terras produtivas e do espaço paranaense, ocorreu também a modernização das atividades agropecuárias, com a adoção de novas técnicas de produção, de equipamentos e insumos modernos. Esses dois processos estimularam o êxodo rural e conduziram a um novo perfil de localização e ocupação da população, que de hegemonicamente rural passou a ficar cada vez mais urbanizada, tanto em termos de domicílio quanto de atividades (FERRERA DE LIMA et al., 2011).

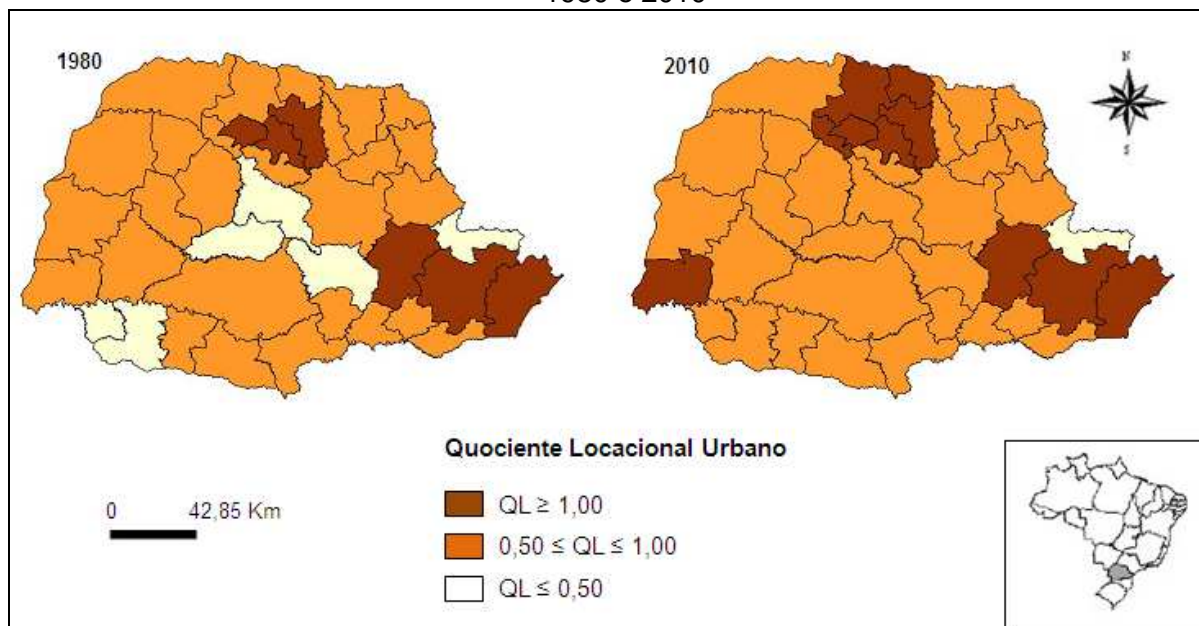
Ou seja, a modernização do espaço rural, além de aumentar a produção agropecuária, causou mudanças na mobilidade populacional. A força de trabalho antes exclusiva do espaço rural foi absorvida gradativamente nas atividades urbano-industriais. Ou seja, houve uma mudança na divisão social do trabalho nas microrregiões do Paraná a favor das cidades que recebiam matéria-prima e mão de obra para as atividades mais intensivas em trabalho, nesse caso localizadas em áreas urbanas (STADUTO et al., 2004).

A partir de 1970, momento no qual a urbanização se intensificou, o crescimento visualizado da população total foi em paralelo ao aumento da população urbana, que teve um incremento de 1.968.253 habitantes, no período entre 1970 e 1980 e a população total de apenas 700.028 habitantes. Com esse incremento, a população urbana, que representava 36,14% da população total em 1970, passou a 58,62% da população total do Estado do Paraná, em 1980 (IPEADATA, 2014). A inversão da população rural em relação à população urbana também demonstra uma ruptura na organização do espaço regional, que de predominantemente rural passa a “produzir” mais aglomerações. Apesar da população se

urbanizar, não significa que o espaço rural perde importância, pois parcela das atividades produtivas urbanas estão ligadas à produção rural formando um *continuum* urbano-rural.

O perfil da localização espacial da população por domicílio (urbano e rural) contribui para demonstrar o deslocamento da população rural para as áreas urbanas nos fins do século XX e início do século XXI. Na Figura 2, nota-se que em 1980 a população urbana se localizava de forma significativa nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Norte Central Paranaense. Porém, apenas seis microrregiões (Capanema, Francisco Beltrão, Pitanga, Ivaiporã, Prudentópolis e Cerro Azul) demonstravam baixa concentração de população urbana. Já em 2010, além de ocupar um número maior de microrregiões (dez no total) a população passou a se concentrar na zona urbana no Oeste Paranaense.

Figura 2 – Padrão Locacional da População Urbana nas Microrregiões do Estado do Paraná – 1980 e 2010



Fonte: Resultado da pesquisa a partir dos dados do IPEADATA (2014).

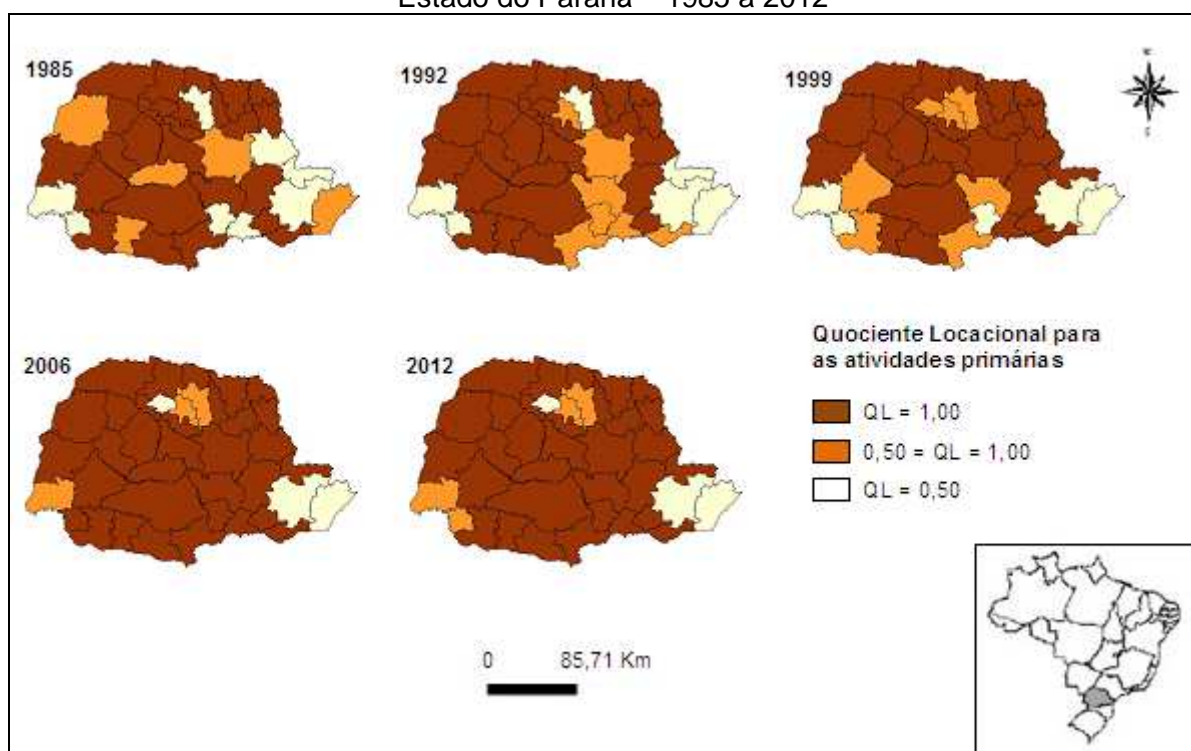
Percebe-se ao longo do processo de formação e consolidação das economias regionais que o setor primário é o mais significativo no momento da ocupação inicial dos territórios. Na sequência, formam-se atividades urbanas de suporte às atividades agropecuárias e à população regional. Porém, ao longo do amadurecimento da economia, em algumas regiões a evolução das atividades urbanas se torna mais significativa que as atividades rurais estimulando a fixação de população urbana (FERRERA DE LIMA et al., 2011). Como é o caso das microrregiões de Curitiba, Paranaguá e Maringá (Figura 3), que apresentam baixa concentração de emprego formal no setor primário desde o ano de 2006.

Esse fato é explicado por essas microrregiões apresentarem forte concentração de emprego formal em setores urbanos (secundário e o terciário).

Já as microrregiões de Foz do Iguaçu, Capanema, Apucarana e Londrina apresentaram média concentração de emprego formal no setor primário em 2012. Ou seja, elas são microrregiões que ainda tem parte de sua mão de obra ligada às atividades primárias, mas que demonstram maior concentração em atividades mais urbanizadas como as ligadas aos setores secundário e terciário da economia.

Em relação às microrregiões que demonstraram forte concentração de emprego formal no setor primário, são importantes alguns destaques: em 1985, a microrregião de Jaguaiaíva concentrava 4.384 empregos formais nesse setor, isso representava 16,77% do total do emprego formal, percentual bastante alto se comparado às microrregiões de Maringá e Toledo, que apresentaram a segunda e terceira maior distribuição percentual do emprego formal, com o percentual de 13,03% e 6,47%, respectivamente. Em 2012, o destaque foi para a microrregião de Paranavaí, com 7.060 empregos formais e a microrregião de Ponta Grossa com 7.348 empregos. Em relação à distribuição percentual do emprego formal para o setor primário, essas microrregiões atingiram 6,88% e 7,16%, respectivamente.

Figura 3 – Padrão de localização do emprego formal no setor primário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

Assim, o Estado do Paraná em todo o período analisado apresentou forte concentração de emprego formal no setor primário da economia. Com isso comprova-se que este setor ainda é muito representativo para o Estado e que boa parte da população ainda está localizada nas áreas rurais ou municípios com *continuum* urbano-rural bem significativo. Essa configuração é explicada observando as atividades desde os primeiros movimentos de ocupação do Estado e cuja produção de *commodities* ainda refletem e são insumos nas atividades de transformação da maioria das microrregiões do Estado do Paraná.

A transferência de emprego formal do setor primário para os setores secundário e terciário não refletem, obrigatoriamente, uma mudança da dependência da agricultura para a dependência das atividades urbanas. Dessa forma, existem microrregiões que se dinamizam mais em função de um *continuum* urbano-rural do que de um urbano-industrial, pois as suas matérias primas são importantes para a continuidade do processo de transformação (NORTH, 1977; FERRERA DE LIMA et al., 2013).

A seção seguinte analisou a relação da especialização do emprego formal do setor secundário e do setor terciário com o processo de ruptura estrutural nas microrregiões paranaenses.

4 RUPTURA ESTRUTURAL NAS MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ

Com relação às atividades secundárias, em 1985, algumas microrregiões paranaenses já apresentavam forte concentração de emprego formal nesse setor, demonstrando que seu processo de ruptura estrutural ocorreu em período anterior. São essas microrregiões: Porecatu, Apucarana, Assaí, Ibaiti, Telêmaco Borba, Jaguaíva, Ponta Grossa, Francisco Beltrão, Guarapuava, Palmas, Prudentópolis, Irati, União da Vitória, São Mateus do Sul, Cerro Azul, Lapa e Rio Negro (Figura 4).

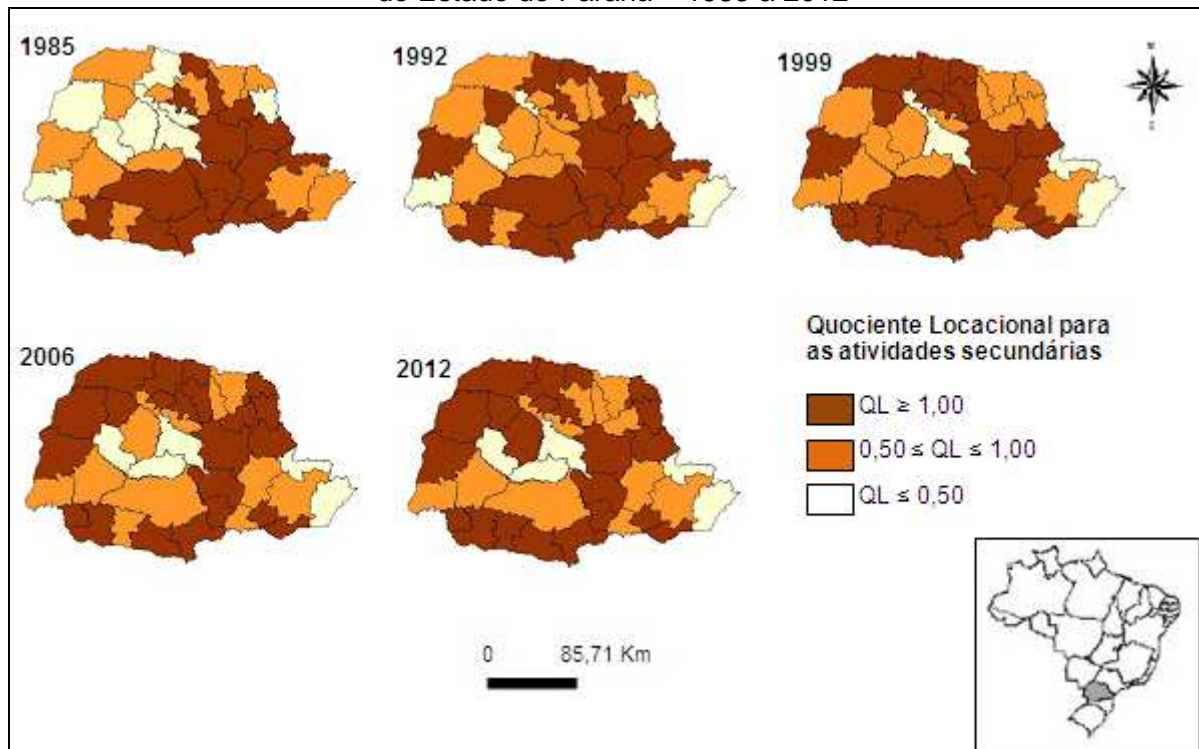
Das microrregiões que demonstraram ter passado pela ruptura estrutural em um período anterior a 1985, destaca-se a microrregião de Ponta Grossa com 14.679 empregos formais no setor secundário nesse período, representando 5,72% na distribuição percentual do emprego setorial entre as regiões.

Já em 1992, ocorreu o espraiamento do setor secundário em direção a áreas do Oeste e Norte do Estado. Assim, as microrregiões de Toledo, Cianorte, Cornélio Procopio e Astorga, passaram pelo processo de ruptura estrutural nesse período, ou seja, ocorreu a ocupação e intensificação da mão de obra no setor secundário em relação aos outros

setores da economia regional. Por outro lado, algumas microrregiões perderam representatividade nesse setor, como foi o caso das microrregiões de Assaí e Lapa.

As microrregiões de Paranavaí, Maringá, Londrina, Capanema, Pato Branco e Lapa reforçaram sua especialização em mão de obra no setor secundário em 1999, marcando o processo de ruptura estrutural dessas microrregiões. Nesse mesmo período as microrregiões de Cornélio Procópio, Ibaiti, Cerro Azul e São Mateus do Sul perderam representatividade. Destaca-se a microrregião de Lapa que demonstrava especialização no setor secundário em 1985, mas perdeu representatividade em 1992 e voltou a se especializar nesse setor em 1999.

Figura 4 - Padrão de localização do emprego formal no setor secundário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

Em 2006, foi a vez das microrregiões de Umuarama, Jacarezinho e Wenceslau Braz passarem pelo processo de ruptura estrutural. A microrregião de Ibaiti, que havia perdido especialização de emprego formal no setor secundário em 1999, voltou a apresentar em 2006. As microrregiões de Ponta Grossa, Guarapuava e Pato Branco deixaram de ser representativas nesse período.

Em 2012, a microrregião de Campo Mourão aumentou sua representatividade na especialização de emprego formal no setor secundário e passou pelo processo de ruptura

estrutural nesse período. Já a microrregião de Pato Branco, que havia perdido representatividade em 2006 voltou a se destacar em 2012. A microrregião de Ibaiti, que se mostrou especializada no setor secundário antes de 1985, mas que perdeu representatividade em 1999 e voltou a ser especializada no setor secundário em 2006, perdeu novamente em 2012 juntamente com a microrregião de Londrina, que passou pelo processo de ruptura estrutural em 1999.

No ano de 2012, o destaque foi a microrregião de Cianorte, que passou pelo processo de ruptura em 1992. A microrregião de Cianorte apresentou o maior valor do QL para o ano de 2012 (QL= 2,31), com 25.051 empregos formais, sendo que em 1985 apresentava somente 2.108. Esse destaque, da microrregião de Cianorte, no setor secundário demonstra também seu aumento na participação da distribuição percentual do emprego setorial entre as microrregiões, o qual passou de 0,82% em 1985 para 3,52% em 2012.

Entre 1985 a 2012, o Estado do Paraná dinamizou sua base produtiva e deixou de ser um Estado voltado apenas à produção agrícola, diversificando e difundindo as atividades secundárias e com isso aumentando a dinâmica da sua base econômica. O avanço na produção de excedentes agropecuários e o fortalecimento da agroindústria fizeram com que a economia paranaense atingisse um patamar favorável para a diversificação industrial no início do século XXI. Em termos de relações de troca, cresceu significativamente seu grau de inserção na economia brasileira e na economia internacional (PIFFER et al., 2002). O fortalecimento do comércio inter-regional colaborou para o fortalecimento produtivo e o crescimento econômico das microrregiões paranaenses e, conseqüentemente, para que o processo de ruptura estrutural ocorresse.

4.1 O SETOR TERCIÁRIO E A RUPTURA ESTRUTURAL PARANAENSE

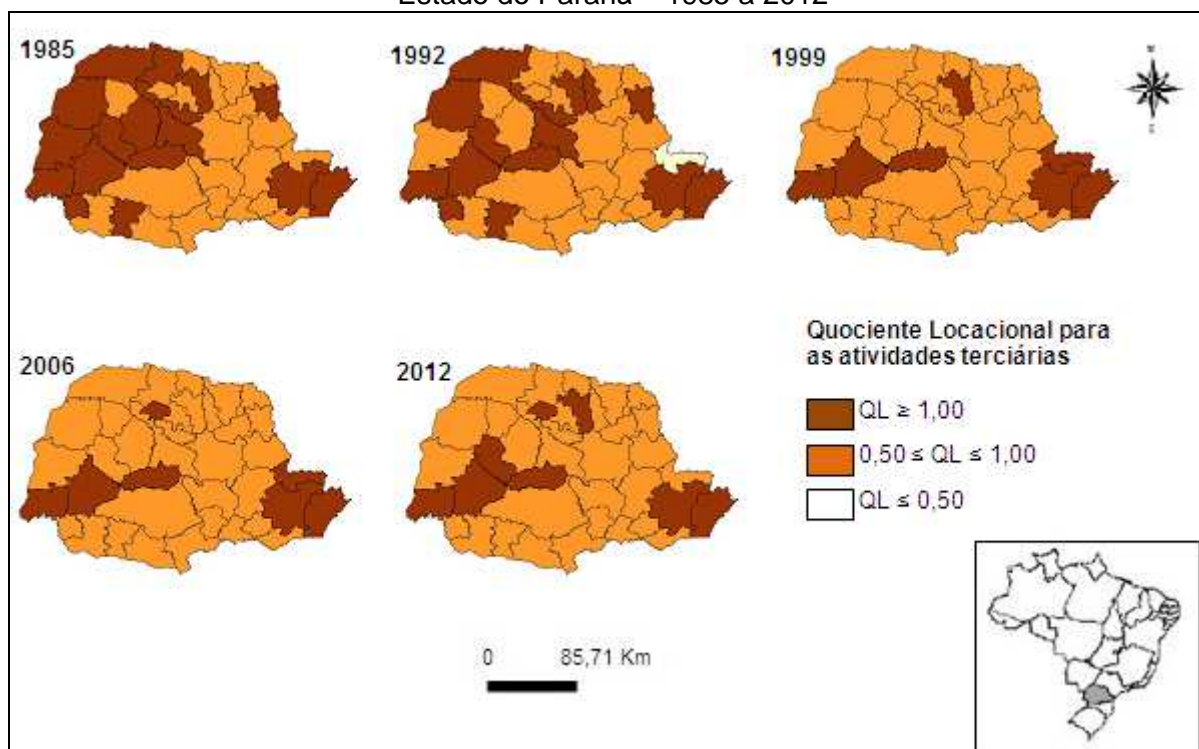
Cabe lembrar que teoricamente o processo de ruptura estrutural acontece principalmente por meio do setor secundário (SINGER, 1970). No entanto, o setor terciário está ligado às atividades urbanas, que se fortalecem com a expansão das atividades de transformação. Muitas das atividades terciárias estão correlacionadas à atividades do setor secundário, dessa forma, entende-se que o setor terciário, juntamente com o setor secundário, contribui para o fortalecimento do processo de ruptura estrutural, em especial no caso paranaense no período de 1985 a 2012.

Nesse contexto, a Figura 5 mostra o comportamento locacional do emprego formal no setor terciário no Estado do Paraná. Em 1985, as microrregiões pertencentes às áreas

Noroeste, Sudoeste e Sudeste eram as mais especializadas no setor terciário. A microrregião de Curitiba se destacou nesse e em todo o período analisado. Em 1985, apresentou uma participação percentual do emprego setorial entre as regiões de 46,51%, muito acima das demais microrregiões como, por exemplo, Londrina que vinha em segundo lugar com 8,03%. A microrregião de Curitiba apresentava 378.943 empregos formais e um QL= 1,03, nesse mesmo período.

Na microrregião de Curitiba, os responsáveis pela especialização do emprego formal no setor terciário foram: a transferência massiva de população pós anos 1970, a localização da sede administrativa do Estado do Paraná, a localização de vários grupos financeiros, atividades médico-hospitalares, centros atacadistas e varejistas, os quais alteraram o funcionamento das atividades comerciais e de serviços, mudando o perfil do fornecedor e do consumidor e implantando padrões internacionais de lojas e produtos. (IPARDES, 2004).

Figura 5 - Padrão de localização do emprego formal no setor terciário das microrregiões do Estado do Paraná – 1985 a 2012



Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014).

No período de 1992 a microrregião de Assaí passou a demonstrar concentração do emprego formal no setor terciário, já as microrregiões de Toledo, Campo Mourão e Astorga perderam importância. As microrregiões que não demonstraram forte concentração de

emprego formal no setor terciário apresentaram concentração média ($0,50 \leq QL \leq 1,00$). Isso demonstra a importância do setor terciário e das atividades urbanas na ocupação da mão de obra em todo o território paranaense. O diferencial ficou por conta da microrregião de Cerro Azul, que foi a única microrregião a apresentar baixa especialização no setor terciário em 1992.

No período de 1999, a microrregião de Cerro Azul passou a ser significativa, mas as microrregiões de Paranaíba, Umuarama, Floraí, Faxinal, Assaí, Ivaiporã, Goioerê, Wenceslau Braz, Capanema e Pato Branco perderam participação na especialização de emprego formal no setor terciário. Em 2006, comparativamente foi a vez da microrregião de Londrina perder participação em detrimento de Maringá que passa a ser especializada na ocupação da mão de obra do setor terciário.

A microrregião de Goioerê, que em 1999 perdeu representatividade na especialização de mão de obra no setor terciário, voltou a se apresentar significativa em 2012. Além disso, a microrregião de Cerro Azul que apresentou forte concentração de emprego formal nos anos de 1999 e 2006 apresentou média representatividade no setor terciário em 2012.

Em 2012, a microrregião de Curitiba continuou sendo destaque entre as microrregiões paranaenses. Sua distribuição percentual do emprego setorial entre as regiões aumentou 0,38%, passando de 46,51% em 1985 para 46,89% em 2012. As microrregiões de Londrina e Maringá apresentaram distribuição percentual do emprego setorial entre as regiões 7,40% e 6,18%, respectivamente. Londrina aparece com forte especialização em quase todo o período analisado, com exceção somente de 2006. Já a microrregião de Maringá se mostrou especializada no setor terciário a partir de 2006.

5 A REESTRUTURAÇÃO DO EMPREGO FORMAL NAS MICRORREGIÕES PARANAENSES

Conforme os resultados da pesquisa, expostos no Quadro 2, as microrregiões que mais se reestruturaram em 1989/1999 e/ou tiveram mudanças na estrutura produtiva estavam localizadas nas mesorregiões Norte e Noroeste, Sudoeste e Centro Sul do Paraná. Essas microrregiões sofreram alguma alteração na sua estrutura produtiva e dessa forma especializaram-se nesse período.



Quadro 2 – Perfil da Reestruturação e das Especializações das Microrregiões Paranaenses que mais se reestruturaram - 1985/1999

Microrregião	Localização significativa (QLs > 1) 1985	Grau de Urbanização 1980 (%)	Localização significativa (QLs > 1) 1999	Grau de Urbanização 2000 (%)	Coef. Reestruturação 1985/1999
Cerro Azul	Indústria Dinâmica	10,54	Setor Primário e Setor Terciário	21,22	0,504
União da Vitória	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	52,72	Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	64,24	0,430
Palmas	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	45,02	Setor Primário; Indústria Tradicional e Não Tradicional	64,75	0,428
Rio Negro	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	35,4	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	44,16	0,404
Capanema	Indústria Não Tradicional e Setor Terciário	28,05	Indústria Tradicional	49,89	0,331
Jaguariaíva	Indústria Não Tradicional e Indústria Tradicional	42,68	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	75,55	0,313
Prudentópolis	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	22,66	Indústria Tradicional	40,88	0,307
Paranavaí	Setor Primário; Indústria Tradicional e Setor Terciário	58,2	Setor Primário e Indústria Tradicional	80,55	0,297
Astorga	Setor Primário; Indústria Tradicional e Setor Terciário	52,63	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	82,11	0,291
Cianorte	Setor Primário e Indústria Tradicional	43,64	Setor Primário e Indústria Tradicional	78,54	0,289
Faxinal	Setor Primário e Setor Terciário	33,74	Setor Primário e Indústria Tradicional	69,81	0,265
Umuarama	Indústria Tradicional e Setor Terciário	42,74	Setor Primário e Indústria Tradicional	73,36	0,259
Cornélio Procópio	Setor Primário e Indústria Tradicional	56,19	Setor Primário e Indústria Tradicional	79,95	0,253
Guarapuava	Setor Primário e Indústria Não Tradicional	46,83	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	65,37	0,237
São Mateus do Sul	Indústria Não Tradicional e Indústria Dinâmica	30,68	Setor Primário; Indústria Dinâmica e Indústria Tradicional	44,77	0,231
Campo Mourão	Setor Primário e Setor Terciário	42,26	Setor Primário e Indústria Tradicional	75,43	0,229
Irati	Indústria Não Tradicional e Indústria Dinâmica	43,82	Indústria Dinâmica; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	62,28	0,228
Apucarana	Setor Primário; Indústria Não Tradicional e Indústria Tradicional	74,1	Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	89,88	0,228
Floraí	Setor Primário e Setor Terciário	47,42	Setor Primário	83,01	0,219
Ibaiti	Setor Primário e Indústria Dinâmica	31,68	Setor Primário	65,11	0,218
Wenceslau Braz	Setor Primário e Setor Terciário	38,07	Setor Primário	67,21	0,212

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014) e IPARDES (2014).

O aumento no grau de urbanização foi uma característica comum em relação às microrregiões que mais se reestruturaram. O aumento do grau de urbanização, no Estado

do Paraná foi estimulado pelo reposicionamento da população acarretado pelos efeitos dos processos de modernização e tecnificação da agricultura ocorrida no fim do século XX. Esse reposicionamento de população promoveu o deslocamento de um grande contingente populacional das áreas rurais em favor das áreas urbanas. Porém, sem o fortalecimento das atividades urbanas e a geração de postos de trabalho, a população urbana tenderia a se realocar. Nesse sentido, a ruptura estrutural e com ela as reestruturações produtivas devem ser capazes de ampliar a oferta de postos de trabalho e de fortalecer os diversos ramos de atividade urbana, sejam eles terciários ou secundários.

A microrregião de Faxinal passou de um grau de urbanização de 33,74% no ano de 1980 para 69,81% no ano de 2000. Isso se refletiu nos setores que mais concentravam mão de obra. Em 1985, a microrregião de Faxinal apresentava uma distribuição percentual do emprego igual a 7,17% para o setor primário, 85,69% para o setor terciário e 7,14% para o setor secundário. Já no ano de 1999 a distribuição era a seguinte: 20,76% para o setor primário, 61,37% para o setor terciário e 17,87% para o setor secundário.

Outro fator a se observar são as atividades que moveram o processo de reestruturação, ou seja, aquelas atividades que eram significativas em 1985 e que permaneceram significativas no ano de 1999, quais sejam: a indústria não tradicional para a microrregião de União da Vitória, setor primário e indústria não tradicional para as microrregiões de Palmas, Rio Negro e Guarapuava, a indústria não tradicional e a indústria tradicional para as microrregiões de Jaguariaíva e Apucarana, o setor primário e indústria tradicional para as microrregiões de Paranaíba, Astorga, Cianorte e Cornélio Procópio, o setor primário para as microrregiões de Campo Mourão, Floraí, Ibaiti e Wenceslau Braz, a indústria dinâmica para a microrregião de São Mateus do Sul e a indústria tradicional e indústria dinâmica para a microrregião de Irati (Quadro 2).

Por outro lado, as microrregiões que menos se reestruturaram no período de 1985 a 1999 estavam localizadas nas mesorregiões Oeste (microrregiões de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu), Norte Central (microrregiões de Maringá, Londrina e Jacarezinho) e Sudeste (Curitiba e Paranaguá) do Estado. Essas microrregiões apresentaram maior grau de urbanização, já no período de 1980, em relação às microrregiões que mais se reestruturaram em 1985/1999. Além disso, das oito microrregiões seis delas se mostraram especializadas no setor terciário, inferindo que são espaços mais urbanizados e que concentram sua mão de obra em atividade com um perfil urbano-industrial. Ou seja, a oferta de postos de trabalho ainda é o grande atrativo para a atração de população.

No período de 1999 a 2012, as microrregiões que mais se reestruturaram eram as localizadas na mesorregião Norte Central do Estado (microrregiões de Astorga e Ibaiti),

entretanto, em menor número. Isso porque as microrregiões de Campo Mourão, Faxinal, Jaguariaíva se diversificaram nesse período, assim como a microrregião de Capanema localizada na mesorregião Sudoeste do Estado. Ou seja, o movimento diversificação se reposicionou em direção à porção Sul do Estado (Quadro 3).

No período de 1999 a 2012 também houve aumento no número de microrregiões que não apresentaram alterações na sua estrutura produtiva: Paranavaí, Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel, Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, Goioerê, Campo Mourão, Pitanga, Ivaiporã, Maringá, Apucarana, Londrina, Faxinal, Telêmaco Borba, Prudentópolis, Irati, Jaguariaíva, Ponta Grossa, São Mateus do Sul, Lapa, Curitiba e Paranaguá, perfazendo 24 ao todo contra oito microrregiões no período de 1985/1999. Isso demonstra que a maioria das microrregiões passou por seus reajustamentos estruturais em períodos anteriores ao de 1999/2012.

Quadro 3 – Perfil Especializações das Microrregiões Paranaenses que mais se reestruturaram - 1999/2012

Microrregião	Localização significativa (QLs > 1) 1999	Grau de Urbanização 2000 (%)	Localização significativa (QLs > 1) 2012	Grau de Urbanização 2010 (%)	Coef. Reestruturação 1999/ 2012
Ibaiti	Setor Primário	65,11	Setor Primário e Indústria Tradicional	71,78	0,216
Astorga	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	82,11	Setor Primário; Indústria Tradicional e Indústria Não Tradicional	88	0,215
Cornélio Procópio	Setor Primário e Indústria Tradicional	79,95	Setor Primário e Indústria Tradicional	84,2	0,200

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da RAIS (2014) e IPARDES (2014).

Comparando-se as microrregiões que se mostraram menos significantes ou que menos se reestruturaram em 1985/1999 e 1999/2012, observa-se que as oito microrregiões do primeiro período aparecem no segundo com exceção de Jacarezinho, que passou a fazer parte do intervalo de microrregiões inertes ao processo de reestruturação. Destaca-se que essas microrregiões (Cascavel, Toledo, Paranaguá, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Curitiba) continuaram a se urbanizar e com isso concentraram sua mão de obra principalmente nos setores secundário e terciário da economia.

No que tange às microrregiões que mais se reestruturaram no período de 1999/2012, os resultados da pesquisa apontaram que a microrregião de Ibaiti passou por um processo de transição, já que se especializou na indústria tradicional. Já a microrregião de Astorga, por permanecer especializada nas mesmas atividades nos dois períodos, tanto em 1999 quanto em 2012, passou por um processo de consolidação na sua base produtiva.

Em relação às atividades que moveram a reestruturação, destacam-se: o setor primário para a microrregião de Ibaiti; o setor primário, a indústria tradicional e indústria não tradicional para a microrregião de Astorga. Quando se analisa o conjunto das atividades que apresentaram maior significância dentre as microrregiões que mais se reestruturaram nos dois períodos analisados (1985/1999 e 1999/2012), percebeu-se que o setor primário ainda é bastante expressivo caracterizando um *continuum* urbano-rural, com uma tendência a um *continuum* urbano-industrial, já que o processo de urbanização colabora para que esse processo se fortaleça. Dessa forma, a reestruturação produtiva se refletiu na própria dinâmica da divisão social do trabalho e populacional das microrregiões paranaenses.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como principal objetivo a análise da divisão social do trabalho e da ruptura estrutural na economia regional paranaense. A análise partiu do conceito de ruptura estrutural que pressupõe mudanças significativas na divisão social do trabalho.

Pelos resultados da pesquisa foi possível inferir que no período analisado, as microrregiões paranaenses apresentaram presença significativa de emprego formal no setor primário da economia, em 2012, 85,05% das microrregiões se mostraram especializadas nesse ramo de atividade econômica. Com isso, comprova-se que este setor continua representativo na ocupação da força de trabalho no Estado e que algumas microrregiões ainda têm parte de sua população localizada ou empregada nas áreas rurais. Esse comportamento é derivado das atividades desenvolvidas no início da ocupação do Estado, e que continuam se refletindo na configuração setorial das atividades atuais e na dinâmica econômica.

Mesmo com a importância significativa do setor primário, o Estado do Paraná passou por transformações importantes na sua estrutura espacial e produtiva. Isso foi demonstrado pelo comportamento populacional, que fortaleceu o processo de urbanização e que vem se intensificando. No entanto, esse processo não ocorreu na mesma proporção em todas as microrregiões paranaenses, interferindo no processo de ruptura estrutural que não atingiu todas as microrregiões no mesmo período e na mesma magnitude. Isso reforça os postulados da polarização, quais sejam: o desenvolvimento é localizado, não se dá no mesmo espaço ao mesmo tempo e possui temporalidades, impactos e magnitudes diferenciadas entre as regiões.

No processo paranaense de ruptura estrutural constatou-se que algumas microrregiões paranaenses já apresentavam forte especialização do emprego formal no

setor secundário antes de 1985, demonstrando que o processo de ruptura ocorreu em período anterior.

Apesar do conceito de ruptura estrutural utilizado nessa pesquisa se referir principalmente ao setor secundário como propulsor do processo, para o Estado do Paraná o setor terciário também contribuiu para que a ruptura na divisão social do trabalho acontecesse e dinamizasse as economias regionais, pois se entende que muitas atividades terciárias surgem como auxiliares das atividades secundárias.

Nesse ponto se destaca a microrregião de Curitiba, que demonstrou maior especialização no setor terciário, no período analisado. Em 1985, apresentou uma participação percentual do emprego setorial entre as regiões de 46,51%, muito acima das demais microrregiões. As microrregiões que não demonstraram forte concentração de emprego formal no setor terciário apresentaram concentração média ($0,50 \leq QL \leq 1,00$), demonstrando a importância do setor terciário na ocupação da mão de obra em todo o território paranaense.

No período de 1985/1999 a reestruturação produtiva paranaense foi mais intensa, com um número maior de microrregiões passando por transformações na sua estrutura produtiva. Ao contrário do segundo período 1999/2012, no qual se constatou a saturação do processo por parte da maioria das microrregiões. Ou seja, as maiores mudanças ocorreram até 1999, depois disso a reestruturação produtiva diminuiu de intensidade no Estado do Paraná.

Esses resultados não esgotam o debate sobre a temática da ruptura estrutural e sua influência no desenvolvimento econômico. Para futuros estudos sugere-se o avanço no aspecto institucional, da análise das ligações pra frente e pra trás entre os ramos produtivos nas regiões e sua influência na economia paranaense. Cabe salientar que o papel institucional desempenhado pelo Estado, organismos municipais e a sociedade civil organizada demandam estudos específicos para mensurar e determinar sua influência no processo de crescimento e desenvolvimento econômico do Paraná.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R.; FERRERA DE LIMA, J.; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O *continuum*, a localização do emprego e a configuração espacial do oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**. Vol. 1, n. 2. 2006.

COSTA, J. S. (Org.). **Compêndio de economia regional**. APDR. Coimbra: Gráfica de Coimbra Lda., Lisboa, APDR, 2002.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; PIACENTI, C. A. Análise regional das mesorregiões do Estado do Paraná no final do século XX. **Revista Análise Econômica**. Ano 24, n. 46. 2006.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; RIPPEL, R. **Ruptura estrutural na economia regional paranaense**. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), 2011, Natal, RN, 2011.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; PIFFER, M.; RIPPEL, R. População, indústria e ruptura estrutural no Paraná. In: HERSEN, A.; FERRERA DE LIMA, J.; STADUTO, J. A. R. **Industrialização Paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2013.

HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, P. R. Org. **Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil. ETENE, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Metropolitana de Curitiba**. Curitiba: IPARDES, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=1&ano_estudo=2004>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. **Base de dados do estado** – BDE web. 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Base de dados demográficos, econômicos e geográficos para as regiões, estados e municípios brasileiros**. 2014. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

LODDER, C. A. Padrões locacionais e desenvolvimento regional. 1971. 187 p. **Dissertação** (Mestrado em Economia) Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Dados e estatísticas da Relação Anual de Informações e Sociais (RAIS). **RAIS Vínculos**, 2014. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

NORTH, D. Teoria da localização e crescimento regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). **Economia Regional: textos escolhidos**. CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER. Belo Horizonte, 1977.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (Orgs.) **Análise regional: Metodologias e Indicadores**. Curitiba, PR: Camões, 2012.

PIFFER, M. A dinâmica do Oeste paranaense: sua inserção na economia regional. **Dissertação** (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 1997.



_____. A teoria da base econômica e o desenvolvimento regional do Estado do Paraná no final do século XX. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

PIFFER, M.; STAMM, C.; PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. A base de exportação e a reestruturação das atividades produtivas no Paraná. In: CUNHA, M. S.; SHIKIDA, P. F. A.; ROCHA JÚNIOR, W. F. (Orgs.) **Agronegócio Paranaense: potencialidades e desafios**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SINGER, P. I. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. Edições CEBRAP, São Paulo, 1970.

STADUTO, J. A. R.; TREVISOL, L. S.; JONER, P. R. Sistema público de emprego do Paraná: uma análise regionalizada da intermediação da mão de obra. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 106, 2004.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.